

# FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Aiama de Assis Silva<sup>1</sup>

Ana Dayse Muniz dos Santos<sup>2</sup>

Edenilda Rosa Neves<sup>3</sup>

Elaine Calazans de Souza<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da formação continuada ofertada pelo Município de Vitória na educação infantil, com base em entrevistas feitas com vinte professores e cinco gestores que atuam nessa etapa de ensino, a análise e o resultado da pesquisa permitiu-nos compreender a importância da formação para o desempenho das atividades docente através das narrativas dos profissionais, suas visões e impactos positivos frente à oferta da formação continuada nessa primeira etapa da educação básica, visando o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

**Palavra chaves:** Formação Continuada, Educação Infantil, Educação Básica.

## ABSTRACT

The present article displays a reflection about the continuous development offered by the elementary school education in Vitoria city based on interviews made with 20 teachers and 5 managers who work with this aging group. The analysis and the research results allowed us to comprehend the importance of the development for the performance of the teaching activity through the accounts made by the professionals, their points of view and positive impacts before the continuous development on this first step of basic education aiming the full development in their physics, psychological, intellectual and social aspects, complementing the family and community involvement.

---

<sup>1</sup> Graduando/a em pedagogia pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

<sup>2</sup> Graduando/a em pedagogia pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

<sup>3</sup> Graduando/a em pedagogia pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

<sup>4</sup> Graduando/a em pedagogia pela Faculdade Capixaba da Serra – Multivix

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 90 com o reconhecimento da Educação Infantil como “primeira etapa da Educação Básica” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB – Lei nº 9.394/96), vem sendo crescentes no país discussões acerca das necessidades formativas específicas para o profissional que atua junto à criança pequena, desde a formação inicial oferecida em nível de graduação nos cursos de Pedagogia, até a oferta de formação continuada como prática a ser garantida pelas redes de ensino.

Na atualidade, a escola de Educação Infantil está sendo desafiada a preocupar-se com a formação e o desenvolvimento integral da criança e não apenas em assegurar sua proteção e sobrevivência, trazendo à Escola e aos professores novas tarefas ligadas a modelos de qualidade, diversas linguagens e contato com os mais variados campos do conhecimento humano. É nesse sentido que a formação continuada dos professores que atuam nessa etapa educacional merece destaque especial, por se tratar de um trabalho que se realiza com a criança que, como sabemos, possui especificidades e necessidades próprias da idade e isto significa lançar novos olhares às necessidades educacionais atuais.

Mas como acontece a formação continuada de professores da Educação Infantil do Município de Vitória? Será que ela realmente cumpre seu propósito de promover uma melhor qualificação dos professores? E o que os professores têm a dizer sobre esse assunto, será que estão satisfeitos? Este artigo tem por objetivo principal, esclarecer essas questões através dos pensamentos e opiniões dos professores que atuam na Educação Infantil, sendo que a problematização central se concentra na fala desses profissionais frente aos programas de formação continuada ofertados pelo Município de Vitória, a percussão em seu trabalho docente, ou seja, qual o impacto da formação na prática diária do professor em sala de aula diante das realidades vivenciadas. Para tal, além da pesquisa bibliográfica, que nos ajudou a conhecer melhor sobre a formação inicial e a formação continuada, os pensamentos de alguns autores pesquisadores do assunto, bem como a importância das mesmas para a melhoria na qualidade da Educação, utilizamos também como metodologia uma entrevista feita com os professores. Porém, vale destacar que não foi analisada a eficácia ou eficiência dos programas.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A formação do professor para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é preocupação constante nas discussões acadêmicas. Atualmente, os cursos de licenciatura preparam o professor para a educação básica, porém, é o curso de pedagogia que assume a responsabilidade em formar esse profissional para a docência na Educação Infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, conforme instituído na LDB de 1996, artigo 9.394/96 e nas diretrizes curriculares para o curso de pedagogia. A inserção da Educação Infantil na Educação Básica como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

A Educação Infantil recebeu um destaque na nova LDB, inexistente nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far – se – á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Além da seção específica sobre a Educação Infantil, a LDB define em outros artigos aspectos relevantes para essa etapa da educação. Assim, quando trata “Da Organização da Educação Nacional” (TÍTULO IV, art.8º) estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração,

os respectivos sistemas de ensino”. É afirmada a responsabilidade principal do município na Educação Infantil, com o apoio financeiro e técnico de esferas federal e estadual.

Mas se de um lado a legislação se atualizou, de outro, a própria licenciatura em Pedagogia também instiga várias reflexões quanto à formação dos professores, contudo, a vivência na Educação Infantil no ambiente físico e num sistema educacional municipal abre um leque de observações totalmente relevantes para a prática docente nesse nível, contribuindo para a fundamentação de hipóteses que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do potencial das crianças em sala de aula, que serão demonstradas mais adiante com a reflexão de Antunes. Neste primeiro momento, se intensifica a questão da valorização da Educação Infantil que se articula baseada, sobretudo, em Vygotsky (1996), na constatação feita pelas ciências modernas de que a inteligência infantil se forma a partir do nascimento e se estende ao longo da infância, sendo influenciada pelo meio e por suas interações.

Apesar de a formação inicial ter sofrido muitas mudanças ao longo dos anos, sendo amparada por leis, há muitos relatos de que esta formação ainda não esteja devidamente adequada às necessidades educacionais existentes nos dias de hoje, estando os professores recém-chegados na profissão desprovidos de vivências úteis a uma atuação eficaz e, principalmente, para atuar na educação infantil. É o que nos explica o professor Imbernón em seu livro “Formação Permanente do Professorado: novas tendências” (2009).

Atuante na área de formação de professores, ele defende a necessidade de o professor ser protagonista ativo de sua formação, buscando novas alternativas à formação permanente, fazendo-a mais dialógica, participativa, mais ligada a projetos de inovação, e isso significa torná-la menos individualista e funcionalista, abrindo oportunidade de diálogo entre todos os que têm algo a dizer e contribuir com os que estão ali para aprender. Imbernón diz que há “cada vez mais formação e pouca transformação”, talvez porque a formação que ainda predomina hoje seja transmissora e de teoria descontextualizada, distante dos problemas práticos. Ao invés disso, propõe aos alunos dos cursos introduzirem-se na teoria e na prática de formação docente em novas perspectivas baseadas dentre outras ações, nas relações entre o professorado, nos sentimentos e atitudes, na troca de relações de

poder nos centros formadores, na auto formação, na formação com a comunidade e não somente preocupar-se com a formação específica para a disciplina de atuação, facilitando na formação do profissional reflexivo e crítico.

Paulo Freire (2001) também aponta que nenhuma formação docente verdadeira pode estar dissociada do exercício da criticidade que implica promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica e de outro ao reconhecimento do valor dos aspectos emotivos e afetivos. Segundo Freire (2001, p.54), “saber que ensinar não é transferir conhecimento é fundamental pensar certo”. O pensar certo é uma postura exigente, assumida diante dos outros e com os outros, diante dos fatos e do mundo. Assim, o saber ensinar é criar possibilidades para a própria produção ou a sua construção e precisa ser apreendido, testemunhado e vivido pelos professores e educandos. Daí a necessidade de o curso de licenciatura em Pedagogia buscar, em conformidade com o estágio obrigatório, o envolvimento mais participativo e completo dos educandos com essa primeira etapa da educação básica.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO**

A partir da Lei 9.304/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que institui a chamada ‘Década da Educação’ observa-se no cenário Nacional, Estadual e Municipal a elaboração de pautas e/ou agendas de trabalho para garantir que o texto da lei não se tornasse letra morta. Dentre essas agendas, a questão da formação continuada de professores aparece como uma das preocupações tanto das instituições de ensino superior quanto dos sistemas de ensino. Ressalta-se a responsabilidade da União, Estado e Municípios no cumprimento das determinações legais, oferecendo atividades de formação continuada, inclusive articulada com o desenvolvimento profissional vinculada à carreira do magistério dentro dos planos de cargo e salários, esse aspecto legal é evidenciado no Art.62 §1º.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Admitida, como formação mínima para o exercício do Magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal, (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, 2008.p 60).

Embora a oferta de formação continuada esteja garantida aos profissionais da Educação Básica como direito na legislação e contemplada no Referencial e em outros documentos norteadores nacionais, o acesso e as condições sob as quais a mesma é oportunizada aos profissionais de Educação Infantil ainda se configura nos dias atuais como um desafio a ser superado.

A instituição deve proporcionar condições para que todos os profissionais participem de momentos de formação de naturezas diversas como reuniões, palestras, visitas, atualizações por meio de filmes, vídeos etc. Secretaria da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998 a. Vol. I.).

Estas questões foram trazidas para a realidade do município de Vitória onde a pesquisa foi realizada, identificando entre as práticas da rede pública municipal a oferta de formação continuada aos profissionais que atuam na Educação Infantil. A formação continuada de professores, diretores e supervisores da rede municipal de ensino é realizada anualmente numa ação conjunta entre a Secretaria de Educação e o Fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE), com o objetivo de melhorar ainda mais os índices de desenvolvimento educacional do município através do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), Prova BRASIL e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Os cursos oferecidos gratuitamente pela secretaria são organizados pela equipe técnica da Gerência de Educação Infantil (GEI) em parceria com os coordenadores pedagógicos e professores dos Centros Municipais de Educação Infantil. A prefeitura de Vitória faz formação continuada desde 1983. No entanto, a prática começou voltada apenas para os professores da Educação Infantil que atuavam na Educação Especial.

Hoje com apoio da Gerência de Educação Infantil (GEI) é possível ajustar a programação dos cursos às demandas vindas das unidades escolares. Em parceria

com a prefeitura, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) possibilita que docentes dos cursos de pedagogia participem de grupos de discussão do ciclo de formação e ministrem palestras.

Muitos autores pesquisadores relatam a importância do bom preparo profissional para se trabalhar com a educação, a necessidade de buscar conhecimento a todo o momento para a superação das expectativas lançadas sobre as metodologias utilizadas e em prol da contribuição no sucesso do desenvolvimento escolar dos alunos.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente ... este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998 a. Vol. I.)

No contexto educacional brasileiro, Freire (2001) discute alguns saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista e os apresentam como modelo de currículo para a formação docente. Quando fala que não há docência sem discência, diz que o ensino exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, mostrar a partir das palavras, pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, o reconhecimento e assunção da identidade cultural. "(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática". (Freire, 2001, p.43).

Antunes (2001) aborda as temáticas como desenvolvimento das competências em sala de aula, competências essas que levam ao pensamento sobre as necessidades de uma formação continuada do professor, especialmente quando se tratam de Educação Infantil, a seriedade e responsabilidade que se deve ter como educador. Entre as hipóteses mencionadas anteriormente, se destacam o fato de poder

trabalhar textos mesmo com os pequenos, poder também ser por meio de um filme, uma música ou mesmo contando uma história, vamos questionar a compreensão do que foi ensinado, elaborando um debate com uma turma sobre o assunto, ouvir as crianças e a compreensão que adquirem.

A formação continuada abordada na pesquisa acontece em cursos de capacitação dos professores para abrir outros horizontes, quanto ao grupo docente nessas reuniões se compartilha experiências de lembranças positivas, isto é, a oportunidade de elaborar novos projetos, traçando as metas de trabalho. O educador precisa estar se qualificando e procurando fazer a diferença.

Um professor que adora o que faz que se empolga com o que ensina que se mostra sedutor em relação aos saberes de sua disciplina, que apresenta seu tema sempre em situações de desafio, estimulantes, intrigantes, sempre possui chances maiores de obter reciprocidade do que quem a desenvolve com inevitável tédio da vida, da profissão das relações humanas, da turma; quando se mostra de entusiasmo nulo e parece dopado pela rotina, esgotado na missão de construir amanhãs. (Antunes, 2001, p, 55 e 56).

Antunes (2012) mostra a necessidade de uma formação continuada para os professores do magistério, o educador precisa estar avaliando a si mesmo, o seu método de ensino, a metodologia em suas práticas educacionais, tendo compromisso e responsabilidades. O educador precisa estar atualizado, para exercer um trabalho de qualidade existe a importância da capacitação. Uma formação continuada procura informar as mudanças que acontecem todos os dias e ele precisa estar disposto a atualizar sua formação para se enquadrar no mercado de trabalho.

Como metodologia foi formulado um questionário e distribuído para professores e gestores formadores da Educação Infantil de diferentes escolas da Rede Municipal de Ensino de Vitória que participaram ou estão participando de alguma formação continuada, colhendo dados imprescindíveis e questionadores através de perguntas que levaram à respostas concretas e objetivas, bem como àquelas de cunho pessoal, onde os profissionais deixaram clara suas opiniões e atitudes frente às experiências vivenciadas durante as formações. Lembrando que o intuito não é o de medir a eficácia ou eficiência dos programas, e sim, de compreender a visão dos

professores frente à oferta da formação continuada que lhes é proposta, expectativas e mudanças causadas em suas práticas docentes ou não através de seus relatos.

## **RESULTADOS E ANÁLISES DAS ENTREVISTAS**

A entrevista realizada com vinte (20) professores e cinco (5) gestores que atuam em CMEIs do Município de Vitória revela a divisão de opiniões que a Formação Continuada oferecida pelo município causa. Quando perguntados se os temas abordados nas formações são satisfatórios para o desenvolvimento do professor da Educação Infantil e se a metodologia utilizada é adequada e motivadora, mais da metade responderam que “não” ou “às vezes” por diferentes razões, mas, principalmente, porque para eles os temas estudados abordam princípios básicos da Educação Infantil, portanto, desatualizados não ensinando nada de novo, visto que temos várias temáticas emergentes à discutir; muitas vezes ficam longe do cotidiano da escola quando poderiam ser mais próximas do cotidiano tanto do aluno quanto dos professores, ou seja, as questões são descontextualizadas não contemplando a realidade vivenciada pela escola; e também porque a metodologia das formações se divide em duas partes, a curiosa e instigante pela dinamização mais prática e a considerada “chata” e exaustiva pela teoria que não prende suas atenções. O restante dos professores deram respostas positivas, elogiando e garantindo o aproveitamento para enriquecimento de seus trabalhos em sala de aula de modo muito contraditório em relação à maioria, disseram que a metodologia é bem dinâmica, os professores são todos muitos bem capacitados e que as temáticas são bem vivenciadas no cotidiano escolar, mas ainda assim, alguns deles fizeram algumas ressalvas, pois apesar de aprovarem a forma de atuação dos cursos de formação continuada, lamentam não acontecerem com frequência ou que antigamente eram melhores.

Em relação ao questionário, sobre se as formações que participaram ajudaram a melhorar suas práticas ou não, a maioria respondeu que sim, até mesmo os que acham que ainda há muito que melhorar e não concordam com as metodologias utilizadas, ainda assim, reconhecem que de um modo ou de outro, é sempre válido para quem sabe aproveitar as oportunidades, mas para isso é necessário que exista o interesse à pesquisa pessoal, além do quê, a implantação da Formação

Continuada foi um passo importante para assegurar o direito de todas as crianças à educação de qualidade, quando o professor fortalece sua prática pedagógica.

Em contra partida, uma pequena parte continua reafirmando sua insatisfação respondendo que a formação continuada não contribuiu em nada para a transformação da sua prática em sala de aula; alguns disseram que as formações em que houve troca de experiências com outros profissionais foram proveitosas, mas aquelas em que se tornava apenas ouvinte de palestras não ajudaram; e ainda tem os que acreditam que sua formação acadêmica, os estágios da faculdade e remunerados, as experiências do dia-a-dia e com os colegas, além dos estudos autônomos foram e é o melhor suporte que os ajudam na prática, fazendo pouco caso das formações oferecidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não seria correto tirar conclusões a respeito da formação continuada ofertada aos profissionais da Educação Infantil do Município de Vitória no presente artigo, pelo fato de se tratar de uma pesquisa feita com um número muito inferior ao quantitativo real de profissionais atuantes neste seguimento, até mesmo, por que o objetivo não era o de chegar a um denominador comum, mas sim, de conhecer as variadas visões dessas formações pelo olhar do professorado, que é o alvo central a quem as formações se destinam. Conhecendo pontos de vista diferentes, conceitos que se opõem e críticas feitas por professores que por experiência própria, puderam comprovar o sucesso ou insucesso das teorias em práticas, podem-se, então, gestores, leitores e todos os que se envolvem e se interessam pelo processo de ensino-aprendizagem, refletir a respeito da formação continuada ofertada pelo município de Vitória, sendo capazes de atuar de maneira mais participativa em sua elaboração em prol de seu aperfeiçoamento, de modo que, não somente o dinheiro público não seja investido inutilmente, mas que os profissionais da educação estejam adquirindo conhecimentos e técnicas para transformar a escola de hoje na escola que queremos para nossas crianças, e como já dizia Freire, “Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa...” (1998. p. 26)

Segundo Antunes, com habilidades o profissional deve desenvolver as atividades de modo com que os alunos compreendam, com clareza, envolvendo todos, despertando no aluno o interesse, levar o educando a ser crítico, a ter uma estrutura

de pensamento, tendo mais significado ao se relacionar com o objetivo de adquirir mais conhecimento. Para desenvolver as competências, é necessária a formação continuada da classe do magistério, é com reuniões com os grupos docentes para compartilhar experiências e planejar projetos com objetivos, desenvolvendo os trabalhos em sala de aula, nesses projetos podem-se desenvolver meios para o ensino de valores, solidariedade, respeito e outros. As diretrizes básicas que indicam os caminhos que se pode tomar, o trabalho devem ser desenvolvidas de acordo com a comunidade e suas necessidades. A comunidade escolar deve traçar os objetivos, lembrando que todo começo deve ser de qualidade fazendo o melhor, lembrando também que a Educação Infantil é o começo de todos os estudos que ainda viram.

De algumas, mas não de todos. O que se pretende acrescentar nessa competência é o professor atuar como facilitador do entorno social do aluno, da sua condição de cidadão do mundo, de sua novíssima perspectiva em sociedade que se mundanizou. (Antunes. 2001, p. 35).

A Lei 9.394/96 no art. 62 § 1º afirma que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuidade e a capacitação de profissionais de magistério.” (Acrescentado pela Lei nº 12.056, de 2009). Esse movimento em âmbito legal, no que diz respeito à necessidade de formação continuada tem assumido diferentes matrizes, se por um lado tem impulsionado a profissionalização do magistério (exigência de formação em nível superior para o exercício da docência na educação básica), por outro lado deu início a um fenômeno que tem sido caracterizado pela corrida por certificação e/ou formação diplomática. No questionário feito com os profissionais entrevistados, as opiniões se confrontam, sendo notória a falta de interesse por parte de alguns em relação ao real aproveitamento dos cursos ofertados, pelas respostas curtas e qualquer capacidade de justifica-las. Para grande parte dos entrevistados, a formação continuada não os ajuda ou ajudaram em nada, repetidas foram às falas em que apontaram as trocas de experiências entre colegas de trabalho como o meio mais produtivo de adquirir conhecimento; tantos outros dizem que apesar de a formação continuada contribuir no processo formativo continuado em suas práticas, o que mais contribui mesmo é a auto formação por meio de estudos autônomos. No entanto, a maioria dos entrevistados acredita que as formações são necessárias,

pois aperfeiçoam seus trabalhos ajudando-os abdicar de determinados comportamentos com vista a novas atitudes.

Constatasse que a Formação Continuada ofertada pelo Município de Vitória não agrada a todos os profissionais e tanto teoria, quanto práticas devem ser aperfeiçoadas para melhor se adequar às necessidades de capacitação de que eles precisam para atuar com a Educação Infantil, porém o educador não pode mais ficar engessado em velhas molduras e concepções. Por meio de novos cursos de especializações, de congresso, de seminários e de outros mecanismos deve buscar e enriquecimento pessoal e profissional e melhorar o seu desenvolvimento educacional.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. 7º. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 9º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_.Secretaria da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. I.

BUENO, Belmira; CATANI, Denice; SOUSA, Cynthia (Org.). **A Vida e o Ofício dos Professores: Formação contínua**, autobiografia e pesquisa em colaboração. 4º. ed. São Paulo: Escrituras, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8º. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação.** São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96, out.2006. P. 797-818. Disponível em:<<http://www.scielo.br>

MUNOZ, Francisco Imbernón. **Formação Permanente do Professorado:** novas tendências. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor.** 2º. ed. Portugal: Porto Editora, 2003.

PERRENOUD, Phillippe.et al. **Formando professores profissionais.** Quais estratégias? Quais competências? 2º. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.